

CORREIO NACIONAL



Os dados foram coletados pelo IBGE

Uma em dez famílias enfrenta insegurança alimentar

A insegurança alimentar moderada ou grave atinja 7,4 milhões de famílias brasileiras (ou 9,4% do total) no último trimestre de 2023. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na última quinta-feira (25). De acordo com os dados colhidos pelo IBGE, esses mais de 7 milhões de lares que convivem com a redução na quantidade de alimentos consumidos

ou com a ruptura em seus padrões de alimentação abrigam 20,6 milhões de pessoas. A metodologia da pesquisa envolve um questionário sobre a situação alimentar do domicílio nos 90 dias que antecederam a entrevista. “A gente não fala de pessoas [individualmente], a gente fala de pessoas que vivem em domicílios que têm um grau de segurança ou insegurança alimentar”, destaca o pesquisador do IBGE Andre Martins.

Povos indígenas

As políticas públicas voltadas à população indígena darão atenção especial aos chamados “indígenas em situação de contexto urbano”, grupo cada vez mais presente nas cidades, em especial na busca por estudo e trabalho. Muitos deles vivem dificuldades relacionadas à questão da mobilidade.

Povos indígenas

A preocupação foi manifestada pela ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, ao programa Bom Dia, Ministra transmitido na quinta por veículos de rádio e TV da EBC. Há cerca de 1,7 milhão de indígenas no Brasil, segundo o Censo 2022. Em 1991, eram 294 mil e, em 2010, 897 mil.

Casos de dengue

O Painel de Monitoramento das Arboviroses do Ministério da Saúde contabilizou na quinta 3.852.901 casos prováveis de dengue registrados no país nos quatro primeiros meses de 2024. O número representa mais que o dobro de casos prováveis da doença identificados ao longo de 2023: 1.649.144.

Investigados

Dados indicam ainda 1.792 óbitos confirmados por dengue em 2024, além de 2.216 mortes em investigação. O coeficiente de incidência da doença no país, no momento, é 1.897,4 casos por cada 100 mil habitantes. A letalidade em casos prováveis é 0,05 e a letalidade em casos grave é 4,43.

Consulta de valor

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou um novo painel para consulta de preços de medicamentos comercializados no Brasil. A proposta é facilitar à população a consulta de valores máximos autorizados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

Preço máximo

Em nota, a Anvisa ressaltou que farmácias e drogarias, assim como laboratórios, distribuidores e importadores não podem cobrar acima do permitido pela CMED. Até então, a lista de preços máximos permitidos para a venda de medicamentos era disponibilizada no portal da Anvisa mensalmente.

Normalizado

A Polícia Federal (PF) restabeleceu o serviço online de agendamento de emissão de passaporte pela internet nesta quarta. O serviço tinha sido suspenso na quinta, após a instituição detectar uma tentativa de invasão do ambiente de rede de computadores.

Agendamento

Em nota, a PF informou que atualizou o sistema, restabelecendo o serviço, após os dias de suspensão. Nesse período, a PF garantiu que os atendimentos marcados previamente em uma unidade emissora do documento de viagem foram realizados normalmente.

Jabuti I

A Câmara Brasileira do Livro abriu na quinta as inscrições para o 66º Prêmio Jabuti, o mais importante reconhecimento ao livro brasileiro. Os interessados podem se inscrever até 13 de junho, pelo site oficial. A edição tem a entrega dos prêmios prevista para novembro.

Jabuti II

São quatro novas categorias: Escritor Estreante - Poesia; Saúde e Bem-estar; Educação; e Negócios. Elas substituem as categorias Ciências, Ciências Humanas e Ciências Sociais, que ficarão contempladas no Prêmio Jabuti Acadêmico, criado este ano, entregue em agosto.

SUS terá sala para acolher mulheres agredidas

Projeto de lei foi sancionado nesta quinta pelo presidente Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta quinta-feira (25) o Projeto de Lei (PL) nº 2.221/2023, que prevê atendimento a mulheres vítimas de violência em ambiente privativo e individualizado nos serviços de saúde prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). “Mais um instrumento de proteção física e emocional que resguarda a dignidade das mulheres vítimas de violência”, escreveu Lula em seu perfil nas redes sociais. “O apoio às políticas públicas e ao SUS é fundamental”, completou.



PL prevê atendimento em ambiente privativo e individualizado nos serviços de saúde

Durante a cerimônia de sanção, no Palácio do Planalto, em Brasília, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse que a pasta, agora, deve regulamentar a existência e o funcionamento das salas de acolhimento para que a lei seja cumprida. Segundo a ministra, agora a pasta vai trabalhar com mais força para que, em todas as unidades básicas de saúde (UBS), na Saúde da Família, exista essa sala de acolhimento, para que todas as ofereçam acolhimento. “Que todos aqueles equipamentos conveniados ao SUS cumpram a lei, e a mulher e a menina vítimas de violência

cheguem e possam ser acolhidas sem sofrer nenhum tipo de constrangimento – como a gente sabe que acontece” – completou Nísia Tindade. “As pessoas têm que saber que, se elas forem vítimas de violência, terão acolhimento especial. E não é favor. É obrigação do Estado brasileiro cuidar das pessoas. É obrigação da prefeitura, dos postos de saúde, do governo do estado”, afirmou Lula, durante a cerimônia. O Projeto de Lei nº

2.221/2023 foi aprovado pelo Senado no último dia 26 e seguiu para sanção presidencial. O texto garante salas de acolhimento exclusivas para mulheres vítimas de violência nos serviços de saúde conveniados ou próprios do SUS. À época, a relatora do projeto, senadora Jussara Lima (PSD-PI), apresentou parecer favorável no plenário, destacando a importância de acolher e atender mulheres vítimas de violência de forma adequada,

com privacidade e proteção à sua integridade física. O texto muda trecho da Lei 8.080/1990, sobre serviços de saúde, na parte em que define diretrizes das ações e serviços públicos de saúde e dos serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS. A diretriz a que se refere a exigência de salas de acolhimento trata do atendimento público específico e especializado com acompanhamento psicológico e outros serviços.

Criminosos podem se aproveitar de novo PL

O projeto de lei (PL) aprovado na quarta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que transfere para os estados a possibilidade de legislar sobre posse e porte de armas de fogo, deve fragilizar o controle de armas no Brasil, além de facilitar o acesso de armamentos por organizações criminosas, avaliaram especialistas no tema ouvidos pela Agência Brasil. O policial federal e Conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Roberto Uchôa, diz que a medida copia o exemplo dos EUA, onde cada estado legisla sobre o tema. “Em Nova York, que tem legislação mais restritiva de acesso a arma de fogo, armas são adquiridas, por exemplo, na Flórida, onde é muito mais permissivo e são levadas para serem usadas em crimes em Nova York. Quer dizer, você cria dentro do país uma conexão entre esses mercados legal e ilegal muito forte”, destacou.

A CCJ aprovou a medida por 34 votos contra 30. Ela permite que as unidades da federação legislem sobre armas para defesa pessoal, práticas desportivas e controle de espécies exóticas invasoras. A proposta ainda precisa ser analisada no plenário da Câmara. A gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, Natália Pollachi, alertou que, se os estados facilitarem o acesso às armas, o crime organizado se aproveita. O crime organizado compra pessoas pra serem fontes de armas legais. “A pessoa compra já com a intenção de fazer esse desvio para receber um pagamento para emprestar seu CPF”, comentou. Avaliação semelhante da professora da Fundação Getúlio Vargas do Rio, a advogada criminalista Maíra Fernandes, que alertou que o projeto é perigoso por permitir ampliar o número de armas em circulação.



Doses contra a dengue serão entregues nesta sexta

Vacina será enviada a mais 625 municípios

Mais 625 municípios em seis estados vão receber vacinas contra a dengue a partir desta sexta-feira (26). Com isso, o total de cidades contempladas com o imunizante chega a 1.330, em 25 estados. Os novos estados contemplados são: Alagoas, Ceará, Sergipe, Piauí, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. A informação foi divulgada nesta quinta-feira (25) pela secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do ministério, Ethel Maciel. Segundo ela, as

novas regiões foram definidas de acordo com a lista de prioridades já pactuada no início do ano. “A distribuição provavelmente começa amanhã. Os municípios sabem que eles vão receber, e aí já começam a preparação”, explicou. Até a última terça-feira (23), foram enviadas aos estados 1.682.139 doses de vacinas, com o registro de aplicação de 810.686 doses - 48,19% do total. Em abril, foram registradas 117.530 vacinas aplicadas.

STF julgamento sobre poder de investigação do MP adiado

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou nesta quinta-feira (25) a conclusão do julgamento sobre a constitucionalidade de investigações próprias realizadas pelo Ministério Público (MP). A Corte julga ações protocoladas pelo PL e entidades que atuam em defesa de delegados de polícia para limitar o poder de investigação do órgão. Foram questionados dispositivos do Estatuto do Ministério Público da União e da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. As normas autorizam o MP a fazer diligências investigatórias e requisitar perícias, entre outras medidas.

STJ Discussões sobre cannabis medicinal marcam o dia

De um lado, reflexões sobre os potenciais benefícios do uso da cannabis medicinal – não só à saúde, mas à indústria e ao sistema econômico; de outro, argumentos sobre possíveis perigos da autorização indiscriminada para importação de sementes e plantio. Essas posições marcaram o encerramento da audiência pública realizada na última quinta-feira (25), no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O tema é objeto do Incidente de Assunção de Competência 16 (IAC 16), que tramita na Primeira Seção e tem como relatora a ministra Regina Helena Costa.

TSE Recurso de ex-dep. federal Felipe Rigoni é rejeitado

Na sessão desta quinta-feira (25), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), que rejeitou ação movida pelo ex-deputado federal Felipe Rigoni Lopes contra Rodrigo Bonadiman, por suposta propaganda negativa na internet nas Eleições 2022. Por unanimidade, o Plenário acompanhou o voto do relator, ministro Flávio de Azevedo Marques, que negou seguimento ao recurso. A Corte Regional não reconheceu suposta publicação de conteúdo que teria ofendido gravemente a honra e a imagem de Felipe Rigoni, que concorreu a deputado federal.

TCU TCU e Tribunal Superior do Trabalho firmam acordo

Na quarta, o Tribunal de Contas da União (TCU), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) firmaram acordo de cooperação para desenvolver iniciativas que contribuam para aprimorar as ações de integridade da Justiça do Trabalho. Participaram da assinatura o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, o presidente do TST e do CSJT, ministro Lelio Bentes Corrêa, e o diretor do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Assessores e Servidores do TST (Cefast), ministro Cláudio Brandão. Um dos objetivos é impulsionar a adesão da Justiça do Trabalho ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção